



DOI: 10.20911/25260782v11n1p42/2026

A recepção do conceito de missão do Vaticano II ao Documento Final do Sínodo

Estêvão Raschiatti, sx.

Resumo: O conceito de missão sofreu mudanças profundas a partir da segunda metade do século XX. O Vaticano II figura como divisor das águas entre um modelo colonial moderno, inscrito no âmbito da cristandade, e um modelo decolonial pós-moderno. O evento conciliar abriu perspectivas fundamentais de reflexão missiológicas que acabaram ao longo das décadas por configurar um novo paradigma de missão, encontrando ressonância no Documento Final do Sínodo de 2024. Esse último, não sendo propriamente um documento missionário, enfoca principalmente as implicações eclesiológicas a partir de um novo conceito de missão que gera por sua vez um nova maneira de entender a Igreja.

Palavras-Chave: missão, sinodalidade, igreja, concílio,

Abstract: The concept of mission underwent profound changes from the second half of the 20th century onwards. Vatican II stands as a watershed between a modern colonial model, inscribed within the sphere of Christianity, and a postmodern decolonial model. The conciliar event opened up fundamental perspectives for missiological reflection that, over the decades, ended up shaping a new paradigm of mission, finding resonance in the Final Document of the Synod of 2024. The latter, not being strictly speaking a missionary document, focuses mainly on the ecclesiological implications of a new concept of mission, which in turn generates a new way of understanding the Church.

Keywords: mission, synodality, church, council,

INTRODUÇÃO

Francisco, em um discurso à Cúria Romana por ocasião do Natal de 2019, chamou a atenção sobre a realidade sociocultural pós-moderna profundamente mudada:

Na época [...] era mais simples distinguir entre duas vertentes bastante claras: duma parte, um mundo cristão e, da outra, um mundo carecido ainda de ser evangelizado. Agora, esta situação já não existe. [...] Nas grandes cidades, precisamos de outros “mapas”, outros paradigmas, que nos ajudem a situar novamente os nossos modos de pensar e as nossas atitudes: já não estamos na cristandade! (FRANCISCO, 2019).

Ao constatar o fim da cristandade também se ratifica o fim de um modelo de missão *ad gentes*, ordenado na geografia dos países cristãos, no eclesiocentrismo da salvação, na antropologia da *massa damnata*, na jurisdição de *Propaganda Fide* e na colonização do Ocidente: trata-se agora de se *situar* em outra realidade, o que exige por parte de todos os âmbitos eclesiais “uma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão” (EG 25).

De alguma forma o Documento Final do Sínodo reflete claramente essa chamada à conversão, salientando inclusive uma marcada atitude penitencial:

(...) pedimos perdão pelos nossos pecados, sentindo-nos envergonhados, e elevamos a nossa intercessão pelas vítimas dos males do mundo. Chamamos nossos pecados pelo nome: contra a paz, contra a criação, os povos indígenas, os migrantes, os menores, as mulheres, os pobres, a escuta, a comunhão. Isso nos fez entender que a sinodalidade requer arrependimento e conversão” (DF 6).

O Documento Final exprime a consciência de que a chamada à missão é, ao mesmo tempo, a chamada à conversão de cada Igreja particular e de toda a Igreja (DF 11).

1 PERSPECTIVAS CONCILIARES *ENTRE TRADIÇÃO E INOVAÇÃO*

No contexto católico, o ponto de inflexão que abriu o caminho para uma reconfiguração da prática e do conceito de missão foi, sem dúvida, o Concílio Vaticano II. Este acontecimento deu início a um profundo processo de reforma, retomando a primeira tradição apostólica e convidando as Igrejas a dirigirem-se às fontes para se atualizar a si mesmas e à sua missão no mundo.

O Concílio também está posto como fundamento e inspiração do Sínodo, assim como foi declarado no Documento Final:

Todo o caminho sinodal, enraizado na Tradição da Igreja, realizou-se à luz do magistério conciliar. O Concílio Vaticano II foi, de fato, como uma semente lançada no campo do mundo e da Igreja. (...) O Sínodo continua a haurir da energia dessa semente e a desenvolver o seu potencial. Com efeito, o caminho sinodal põe em prática aquilo que o Concílio ensinou sobre a Igreja como Mistério e Povo de Deus, chamado à santidade através de uma conversão contínua que nasce da escuta do Evangelho. Neste sentido, constitui um verdadeiro ato de ulterior acolhimento do Concílio, prolonga a sua inspiração e relança a sua força profética para o mundo de hoje” (DF 5).

Partindo da herança conciliar, podemos apresentar sete perspectivas que oferecem a possibilidade, entre tradição e inovação, de configurar um novo paradigma e modelo de

missão e que encontram certa ressonância no Documento Final do Sínodo: Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão (2024).

1.1 MISSÃO COMO ESSÊNCIA: PERSPECTIVA TEOLÓGICA

No lugar de reafirmar somente a necessidade da conversão a um só Deus e um só mediador, o decreto *Ad Gentes* (AG) opta por enfatizar uma missão que brota do “amor fontal do Pai” (AG 2), como um instinto, como um *jeito de ser* da própria natureza divina. Esse intuito, muda sutilmente o eixo de uma compreensão de ordem soteriológica ou eclesiológica da missão – necessidade de salvação das almas e/ou de implantação da Igreja – para uma questão de ordem eminentemente teológica: Deus é assim, Deus é missão, Deus é relação porque Deus é Amor (1Jo 4,8). A razão missionária se funda agora e principalmente não sobre a verdade dogmática de que há um só Deus e um só mediador entre Deus e a humanidade, mas sobre a adesão de fé a um Deus de amor gratuito e incondicional que busca o ser humano, desce do céu, luta e entrega sua vida por um mundo mais humano.

Trata-se da noção da *Missio Dei* que revolucionou a própria teologia da missão nas últimas décadas. O Documento Final do Sínodo percebe, mesmo que lateralmente, essa ação de Deus que antecede e ultrapassa a ação da Igreja, e que remete à sua própria essência:

Deus comunica-se conosco antes de tudo na liturgia (...). Deus fala através da Tradição viva da Igreja (...). Deus continua a manifestar-se através do grito dos pobres e dos acontecimentos da história humana. Deus comunica com o seu Povo através dos elementos da criação, cuja própria existência remete para a ação do Criador e que está repleta da presença do Espírito que dá a vida. Deus fala também na consciência pessoal de cada pessoa, que é o núcleo mais secreto e o santuário do homem, onde ele se encontra a sós com Deus, cuja voz ressoa na sua própria intimidade” (DF 83)

1.2 MISSÃO COMO SERVIÇO: PERSPECTIVA ECLESIOLOGICA

O Concílio reafirma também o conteúdo do dogma “*fora da Igreja não há salvação*” (LG 14; AG 7). O fato, porém, que Deus quer que todos sejam salvos (1Tim 2,4), e que proporciona essa salvação por caminhos só por Ele conhecidos (AG 9), a necessidade da Igreja não se torna tão absoluta assim. Destarte, “*tudo o que de verdade e de graça se encontra entre os gentios como uma secreta presença de Deus*”, e tudo “*o que de bom há no coração e no espírito dos homens ou nos ritos e culturas próprias dos povos, não só não se perde, mas é purificado, elevado e consumado para a glória de Deus*” (AG 9), são afirmações de uma inédita abertura. A *Lumen Gentium* já havia ensaiado uma relação/distinção entre Reino de Deus e Igreja (LG 3; 5). Mais tarde se chegará à convicção amadurecida de que a “*Igreja está a serviço do Reino*” e “*a realidade incipiente do Reino se pode encontrar também fora dos confins da Igreja*” (RMi 20).

O Documento Final do Sínodo retoma essa relação Igreja-Reino, inclusive destacando, com uma expressão talvez inédita, a fragilidade da condição humana da própria Igreja:

“A luz das nações é Cristo” (LG 1) e esta luz resplandece no rosto da Igreja, embora ela esteja marcada pela fragilidade da condição humana e pela opacidade do pecado. (...) A sua vocação e o seu serviço profético (cf. LG 12) consistem em testemunhar o desígnio de Deus de unir a Si toda a humanidade na liberdade e na comunhão. A Igreja, que é “o Reino de Cristo já misteriosamente presente” (LG 3) e “é o germe e o início deste Reino na terra” (LG 5), caminha por isso juntamente com toda a humanidade, comprometendo-se com todas as suas forças pela dignidade humana, pelo bem comum, pela justiça e pela paz, e “anseia pelo Reino perfeito” (LG 5) quando Deus será “tudo em todos” (1 Cor 15, 28). (DF 20)

1.3 MISSÃO COMO ESCUTA: PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

A virada conciliar, que quis uma Igreja toda voltada a “*servir o homem em todas as circunstâncias da sua vida*” (PAULO VI, 1965), levou também a uma superação de uma visão *hamartiacêntrica*, de matriz agostiniana, centrada no pecado original da humanidade. Em sua volta às fontes, o Vaticano II resgatou: (1) a doutrina dos Padres gregos da *creatio in Christo*, segundo a qual a criação está marcada mais pela graça do que pelo pecado; (2) o princípio da encarnação formulado por Irineu, *quod non assumptum non sanatum*, que convidava a tomar para si toda realidade humana; (3) a perspectiva justiniana do *logos spermatikos* (AG 6, 11, 15, 22), a significar a presença atuante de Deus na história e nas culturas dos povos. Desta maneira ofereceu uma visão muito mais positiva da história, mais místico-sacramental, mais aberta e mais disposta ao diálogo. O próprio Paulo VI chamará a missão universal com o nome de “diálogo” (cf. ES 37). No entanto, Medellín (1968) apontou que não pode haver diálogo em situações de opressão e colonialidade: a Igreja é chamada a ouvir “o surdo clamor dos pobres” que pedem libertação (DMed, XIV, 2)

Essa dimensão da escuta retorna quase como um mantra no Documento Final do Sínodo:

A vontade de ouvir a todos, especialmente os pobres, contrasta fortemente com um mundo em que a concentração de poder isola os pobres, os marginalizados, as minorias e a terra, nossa casa comum. A sinodalidade e a ecologia integral assumem a perspectiva das relações e insistem na necessidade de cuidar dos vínculos: por isso, correspondem-se e integram-se no modo de viver a missão da Igreja no mundo contemporâneo. (DF 48)

O discernimento é tanto mais rico quanto mais todos são ouvidos. Por isso, é essencial promover uma ampla participação nos processos

de discernimento, com particular atenção ao envolvimento daqueles que se encontram à margem da comunidade e da sociedade cristã (DF 82).

1.4 MISSÃO COMO ENCONTRO: PERSPECTIVA PASTORAL

Passar de uma missão de conquista para uma missão de encontro implica viver juntos, compartilhar e conhecer as pessoas, anunciar o Evangelho com testemunho, proximidade, serviço, colaborar *“com todos para estruturar a vida econômica e social com justiça”* e buscar *“melhorar as condições de vida e estabelecer a paz no mundo”* (AG 11). É nisto que consiste a evangelização: *“Os discípulos de Cristo, mantendo um contacto estreito com os homens e as mulheres na vida e na ação (...). promover sua dignidade e união fraterna ... abrindo gradualmente um caminho mais completo para Deus”* (AG 12).

Steve Bevans certa vez afirmou que a teologia e a prática da missão passaram por uma mudança radical de entendimento e motivação, ao substituir a concepção de missão como “expansão” da Igreja, pela concepção de missão como “encontro” com os outros: no lugar de visualizar as pessoas como “alvo” de evangelização, se passa a compreender as pessoas simplesmente como o “outro” com o qual partilhar a vida e buscar o caminho da paz e da verdade. (BEVANS; SCHROEDER, 2016, p. 40-41).

O Documento Final do Sínodo reflete essa sensibilidade de convívio desarmado com a humanidade:

Em todos os lugares da terra, os cristãos vivem lado a lado com pessoas que não são batizadas e servem a Deus praticando uma religião diferente. Rezemos solenemente por eles na liturgia da Sexta-Feira Santa, colaboremos com eles e lutemos para construir um mundo melhor, e juntamente com eles imploremos ao único Deus que liberte o mundo dos males que o afligem. O diálogo, o encontro e o intercâmbio de dons, típicos de uma Igreja sinodal, são chamados a abrir-se às relações com outras tradições religiosas, com a finalidade de estabelecer a amizade, a paz, a concórdia, a partilha dos valores e das experiências morais e espirituais num espírito de verdade e de amor” (DF 41)

1.5 MISSÃO COMO PARTICIPAÇÃO: PERSPECTIVA SINODAL

Os missionários “profissionais”, geralmente religiosos/as consagrados/as enviados/as às “terras de missão”, agora cedem o lugar de protagonistas às igrejas locais em cada contexto territorial. Ao conferir essa dignidade fundamental a *todas* as comunidades eclesiais (LG 26), o Concílio ensinava acabar com a distinção colonial entre “igreja constituída” e “igreja missionária”: a primeira enviava missionários para fundar comunidades à sua imagem e

semelhança; a segunda era “criada” da primeira, custando a se emancipar para assumir a sua própria identidade. Ainda refém desta distinção, AG tende, todavia, a considerar a “igreja missionária” não mais como uma etapa inicial de desenvolvimento eclesial, e sim uma dimensão estruturante de toda Igreja.

Sobre esta base, AG ilustra a missão como uma ação sinodal entre as Igrejas e entre os povos. A missão precisa de participação e solidariedade: precisa de meios e pessoas treinadas, cooperação e intercâmbio, para que todas as comunidades possam ajudar-se umas às outras, especialmente em favor dos mais pobres e marginalizados. Deste modo, e com base no protagonismo missionário de cada Igreja local, a missão *ad gentes* pode doravante ser chamada de “cooperação missionária intereclesial”.

O Documento Final do Sínodo expressa de maneira clara esse espírito católico de solidariedade:

A Igreja, a nível local e na sua unidade católica, propõe-se como uma rede de relações através da qual circula e se promove a profecia da cultura do encontro, da justiça social, da inclusão dos grupos marginais, da fraternidade entre os povos, do cuidado da nossa casa comum. O exercício concreto desta profecia exige que os bens de cada Igreja sejam partilhados em espírito de solidariedade, sem paternalismo e assistencialismo, no respeito pelas diversas identidades e na promoção de uma reciprocidade sadia, com o compromisso de curar as feridas da memória e de empreender caminhos de reconciliação. (DF 121).

1.6 A MISSÃO COMO SAÍDA: PERSPECTIVA APOSTÓLICA

A missão implica sempre uma saída de si mesmo, um “*anúncio*” que terá diferentes nuances e gradações, entre uma dimensão mais intersubjetiva e outra mais transcultural. Sair do próprio mundo nunca foi fácil para ninguém, nem tão espontâneo quanto se poderia pensar. Esta saída é um ato constitutivo da Igreja: diz respeito à sua origem, ao seu caminho e à sua meta. Sair é um exercício que requer um distanciamento radical e uma tremenda transcendência de si mesmo, da própria visão do mundo e do mundo das relações.

Não por nada a Igreja nasceu em saída. Com efeito, aprendemos dos Atos dos Apóstolos que até quando os discípulos não derrubaram os tabus da lei mosaica, não cruzaram fronteiras e não saíram ao encontro dos não-judeus com ousadia e destemor, a mente deles não se abriu. Somente quando houve uma gradual tomada de consciência de que “*Deus não tem preferência por pessoas*” (At 10,34), e presenciaram os gentios receberem o Espírito Santo (cf. At 10,47), teve início assim um processo que levou à constituição de uma comunidade interétnica distinta de Israel, onde os discípulos, pela primeira vez, receberam o nome de “cristãos”. “A Igreja nasceu ‘em saída’” (FRANCISCO, 2014): a missão de Jerusalém até aos confins da terra tornou-se a verdadeira *mater ecclesiae*.

No Documento Final do Sínodo não recorre à palavra saída e nem à expressão “Igreja em saída” (só uma vez). Contudo, se afirma a centralidade da abertura missionária no processo sinodal:

A sinodalidade não é um fim em si mesma, mas visa a missão que Cristo confiou à Igreja no Espírito (...) Todas as Igrejas locais e toda a Igreja respondem concretamente ao mandato do Senhor de anunciar o Evangelho a todas as nações (cf. Mt 28,19-20; Mc 16,15-16). Valorizando todos os carismas e ministérios, a sinodalidade permite ao Povo de Deus anunciar e testemunhar o Evangelho às mulheres e aos homens de todos os lugares e tempos, tornando-se um “sacramento visível” (LG 9) da fraternidade e da unidade em Cristo querida por Deus. Sinodalidade e missão estão intimamente ligadas: a missão ilumina a sinodalidade e a sinodalidade impulsiona a missão (DF 32).

1.7 A MISSÃO COMO FRONTEIRA: PERSPECTIVA CONTEXTUAL

Esta saída “*não significa correr pelo mundo sem rumo ou sem sentido*”, mas “*ir ao encontro dos outros para chegar às periferias humanas*” (EG 46). De acordo com o *Decreto Ad Gentes*, a missão tem uma geopolítica preferencial própria, dirigida “*geralmente a determinados territórios*” (AG 6), ou seja, não se realiza em qualquer lugar.

A missão deve ser situada, sempre visando corajosamente uma situação extrema, última, limítrofe e marginalizada, na qual a presença e a ação universal da Igreja devem ser concretamente encarnadas. Se os contextos têm uma profunda relevância teológica, porque é ali que a *missio Dei* subversivamente se revela – especialmente se esses lugares são marginais, esquecidos, negados e empobrecidos – então a expressão “missões”, ou seja, *onde* a missão concretamente precisa *se situar*, indica âmbitos privilegiados nos quais a presença e a ação da Igreja precisa aterrisar.

Evidentemente, isso significa que a missão exige uma saída dos próprios âmbitos identitários e socioculturais, rumo a lugares outros e a interlocutores privilegiados, “até os confins da terra” (At 1,8) e até os extremos do humano.

Esses confins, nesse nosso mundo globalizado pós-moderno, aparentemente sem confins, assumem três características complementares: o confim pode ser uma margem de um âmbito territorial e social, uma *periferia* onde as pessoas estão longe do centro, mas de alguma forma fazem parte do mesmo contexto sociocultural; o confim pode ser uma *fronteira*, um limiar, uma linha divisória entre dois territórios, dois mundos, duas culturas, que define identidades/pertencas distintas; o confim pode ser um *horizonte* que se abre à nossa frente como algo desconhecido, como um caminho novo, como um espaço vasto e inexplorado.

Assim como não fala de “saída”, o Documento Final do Sínodo também não fala de periferias ou de fronteiras. Contudo, há uma ponderação importante a respeito do contexto de missão:

O conceito de lugar já não pode ser entendido em termos puramente geográficos e espaciais, mas evoca no nosso tempo a pertença a uma rede de relações e a uma cultura cujas raízes territoriais são mais dinâmicas e flexíveis do que nunca (DF 111).

Esses desenvolvimentos sociais e culturais convidam a Igreja a repensar o significado da sua dimensão “local” e a interrogar-se sobre as suas formas organizacionais, a fim de melhor servir à sua missão. Embora reconhecendo o valor do enraizamento em contextos geográficos e culturais concretos, é essencial entender o “lugar” como realidade histórica na qual a experiência humana toma forma. É ali, na teia de relações que ali se estabelece, que a Igreja é chamada a exprimir a sua sacramentalidade (cf. LG 1) e para cumprir sua missão. (DF 114).

Com efeito, temos realmente que olhar onde “*a experiência humana toma forma*” e detectar concretamente, em cada contexto sociocultural, onde as periferias existenciais se configuram, onde as fronteiras entre pessoas e grupos sociais se levantam e onde os confins se abrem como desafios e oportunidades.

2 IMPLICAÇÕES PARA A IGREJA MISSIONÁRIA

Em torno dessas linhas conciliares de missão como essência, serviço, escuta, encontro, partilha, saída e fronteira, tece-se uma reconfiguração do conceito de missão, seu significado, sua relevância e seu funcionamento entre a tradição e os novos tempos pós-coloniais.

Não se trata de buscar respostas às angústias colocadas pela pós-modernidade e seu lado sombrio, a colonialidade, mas sim de direções e caminhos a serem percorridos junto com a humanidade como peregrinos em busca da verdade, artesãos de paz e semeadores de esperança.

Há uma mudança substancial no conceito de missão que não pode ser reduzida a enviar pessoas de um país para outro, uma prática que ainda pode repropor uma missão colonial de conquista e expansionismo cristão-ocidental.

A saída hoje deve inspirar dimensões muito mais profundas, proféticas e indispensáveis para uma Igreja que vive e se articula apenas fora de si mesma, levando a cabo a cooperação missionária até aos confins da terra e até ao fim dos tempos.

Em um mundo pós-moderno onde as exclusões se multiplicam, as linhas abissais se aprofundam, as perspectivas se ofuscam, não podemos nos dar ao luxo de nos render e recuar para nossos nichos conventuais.

A missão cristã é chamada a situar-se, numa perspectiva contra-hegemônica, mais no âmbito das relações do que no das ações ou das virtudes: os discípulos missionários precisam de se acalmar, sentar-se, correr menos, passar tempo com as pessoas, confraternizar, curar a vida e as feridas do povo crucificado de hoje.

Apesar de todas as tecnologias de informação e comunicação e de suas fascinantes evoluções, “*a rede de comunicação da fé deve ser humana para que a mensagem chegue ao coração das pessoas*”, disse Paulo VI (1969). Se há uma coisa que diz respeito à *missio Dei*, é que continuará a precisar de calor humano.

Há um caminho muito simples para as pessoas encontrarem o Senhor, e é através do nosso povo, do nosso abraço, do nosso testemunho, da nossa escuta, do nosso silêncio e das nossas palavras. Depois, com o caminho eclesial, o Ressuscitado revela-se mais profundamente na comunidade, na Palavra, na Eucaristia, nos sacramentos, na oração, na devoção e em tudo o mais, mas inicialmente anuncia-se com proximidade, ternura e encontro. Não há proselitismo nisso: é puro coração e pura paixão.

Deus-Amor anuncia-se amando: não à força de convencer, nunca impondo a verdade, muito menos apegando-se rigidamente a alguma obrigação religiosa ou moral. Deus anuncia-se no encontro das pessoas, tendo em conta a sua história e o seu caminho. O Senhor não é uma ideia, mas uma pessoa viva: a sua mensagem passa através de um testemunho simples e verdadeiro, com escuta e acolhimento, com a alegria que se difunde. O Deus da esperança anuncia-se vivendo hoje o Evangelho da caridade (FRANCISCO, 2016).

A missão que habita as periferias, que derruba muros e atravessa fronteiras, que abre caminhos até aos confins da terra, diz respeito à Igreja que somos e à Igreja que queremos ser: uma Igreja que avança e não se enraíza, que evangeliza e é evangelizada, que cresce e amadurece na medida em que se abre autenticamente à escuta dos pobres e dos outros.

É a missão que a Igreja faz e não o contrário: a missão vem sempre em primeiro lugar. Nesta aventura, o importante não será o que poderemos alcançar, mas a Igreja que podemos realmente nos tornar.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	Ad Gentes
DA	Diálogo e anúncio
DF	Documento Final do Sínodo dos Bispos 2024

DMed	Medellín
EG	Evangelii Gaudium
ES	Ecclesiam Suam
LG	Lumen Gentium
RMi	Redemptoris Missio

REFERÊNCIAS

BEVANS, Stephen B.; SCHROEDER, Roger. *Diálogo profético*. Reflexões sobre a missão cristã hoje. São Paulo: Paulinas, 2016.

FRANCISCO. *Discurso do Papa Francisco à Cúria Romana na apresentação de Votos Natalícios*. Roma, 21 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/december/documents/papa-francesco_20191221_curia-romana.html>. Acesso: 13/04/2025.

FRANCISCO. *Homilia para o Jubileu dos catequistas*. Roma, 25 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20160925_omelia-giubileo-catechisti.html>. Acesso: 28/04/2025.

FRANCISCO. *Mensagem de sua Santidade o Papa Francisco para o Dia Mundial das Missões de 2014*. Roma, 8 de Junho de 2014. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/missions/documents/papa-francesco_20140608_giornata-missionaria2014.html>. Acesso: 06/04/2025.

PAULO VI. *Udienza generale*. Roma, 6 de agosto de 1969. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1969/documents/hf_p-vi_aud_19690806.html>. Acesso: 09/01/2025

PAULO VI. *Discurso do na última sessão pública do Concílio Vaticano II*. Roma, 7 de dezembro de 1965. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-concilio.html>. Acesso: 09/01/2025.

SECRETARIA GERAL DO SINODO DOS BISPOS. *Per una chiesa sinodale: comunione, partecipazione, missione*. Documento Finale – Seconda Sessione. Roma, 26 ottobre 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20241026_doc-final-sinodo2024-chiesa-sinodale_it.html>. Acesso: 24/01/2025

Texto submetido em 30/09/2025 e aprovado em 30/11/2025.

Estêvão (Stefano) Raschiatti: é missionário xaveriano, italiano, presbítero católico, há mais de 30 anos no Brasil. Mestre em Teologia Dogmática, com concentração em Missiologia, pela Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção, São Paulo, SP. Doutor em Teologia, com concentração em Teologia Sistemático-Pastoral, pela PUCPR - Curitiba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6235-8946> – Email: rasquiao@yahoo.com.br

Endereço Postal

Rua Gregório Serrão, 157 - Vila Mariana

04106-040 São Paulo, SP

Avaliador: Felipe Magalhães Francisco

Editor: Geraldo Luiz De Mori